

► ELEIÇÃO

Reunião acontecerá no próximo dia 19, em Jundiá; nesta semana, Luiz Fernando Machado conversará com prefeitos para formalizar candidatura

Presidência do Aglomerado Urbano de Jundiá retorna para o PSDB

LUCIANA MÜLLER
lmuller@j.com.br

O Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ) definirá o próximo presidente, no dia 19, em reunião no Paço Municipal de Jundiá. O comando do grupo de sete municípios é cotado para retornar às mãos do PSDB, com o prefeito Luiz Fernando Machado. Nesta semana, após completar 100 dias de administração, o tucano irá conversar com os administradores das cidades em busca de consenso em torno de sua candidatura. A proximidade com o governo do Estado, do mesmo partido, auxiliará no desenvolvimento de projetos.

Criado em 2011, o AUJ é formado pelos municípios de Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira e Várzea Paulista e abriga 781 mil habitantes (1,75% da população paulista) além de gerar 3,1% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A primeira presidência do Aglomerado foi de Miguel Haddad (PSDB), então prefeito de Jundiá. A eleição seguinte levou o mandato para a prefeitura de Itupeva, de Ricardo Bocálon (PSB), na época no PT. A atual presidência é de Henrique Martin (PDT), de Cabreúva.

Com a eleição de Luiz Fernando Machado (PSDB), prefeito de Jundiá, a presidência se alinhará com o governo de estado, também tu-

cano. Luiz afirma que chegou a conversar informalmente com prefeitos de Jarinu, Cabreúva, Itupeva e Várzea Paulista sobre o assunto, mas por conta das atribuições dos primeiros 100 dias de governo, o foco foi direcionado para a administração da cidade. "Todos os prefeitos estão focados nos primeiros 100 dias. A partir da próxima semana, irei conversar com todos, para formalizar minhas propostas de união e integração para o desenvolvimento da região. A liderança de Jundiá é natural, não é por questão política. A cidade é referência regional", comenta.

Entre as metas de discussão de Luiz Fernando estão Meio Ambiente, Segurança, Transporte e Saúde. "Temos a necessidade de trabalhar de forma orgânica, coletiva e integrada", sentença.

Votos

A prefeita de Jarinu, Eliane Lorenzini (DEM) se encontrou uma vez, em janeiro, com Luiz Fernando, para conversar sobre o assunto. Segundo nota encaminhada pela assessoria de imprensa da administração da cidade, a prefeita pre-

re "aguardar para avaliar". Juvenal Rossi (PV) também prefere não comentar o assunto. Contudo, ambos já tiveram conversas informais com o prefeito de Jundiá sobre o assunto.

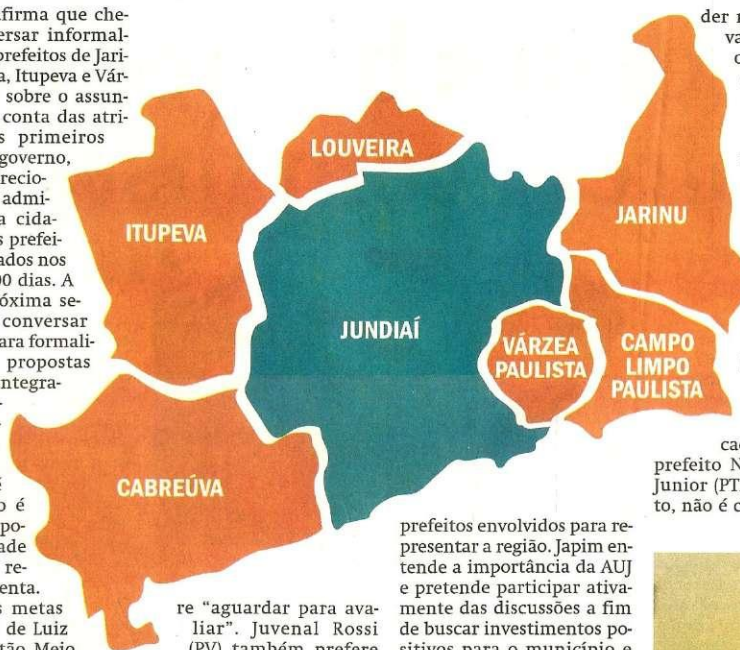
O prefeito de Campo Limpo Paulista, Japim Andrade (PROS), afirma, por nota encaminhada pela assessoria de imprensa, que não tem interesse em se candidatar à presidência do Aglomerado Urbano de Jundiá (AUJ). Em nota, o prefeito ainda "destaca acreditar na capacidade de todos os

der reconstruir Itupeva e não deixar que os serviços essenciais da população parem. O meu voto é para o Luiz Fernando Machado e estou pronto para somar forças juntamente com quem for eleito", declara.

O voto do prefeito de Louveira é pelo consenso. De acordo com nota encaminhada pela assessoria de comunicação da cidade, "o prefeito Nicolau Finamore Junior (PTB), até o momento, não é candidato. Porém,

deseja que o espírito de consenso continue no Aglomerado Urbano, como sempre foi, pois é de extrema importância. Não há objeções contra qualquer candidato à presidência, pois vota sempre pelo consenso de todos."

Atual presidente da legenda, prefeito de Cabreúva, Henrique Martin (PDT) também apoia a candidatura de Luiz Fernando. "Eu não serei candidato dessa vez, mas acredito na candidatura do Luiz Fernando e acredito também que isso possa fortalecer a nossa região, tendo em vista o seu bom contato com o Governo do Estado de SP. A maior expectativa para esse ano é a conclusão do PDUI (Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado)."



prefeitos envolvidos para representar a região. Japim entende a importância da AUJ e pretende participar ativamente das discussões a fim de buscar investimentos positivos para o município e toda a região." O texto ainda destaca "a união e força das cidades, é possível ir mais longe e pleitear com as esferas federal e estadual recursos e programas que auxiliem no crescimento das cidades."

O prefeito de Itupeva, Marcão Marchi (PSD), já anunciou seu apoio ao tucano. "Com o rombo financeiro que encontrei no município, não tenho condições para isso. Preciso focar todas as minhas energias para po-



CONVERSAS Luiz Fernando Machado articula candidatura com os prefeitos da Região

► PROCESSOS

Ações contra governadores avançam na Justiça Eleitoral

Na medida em que a análise de cassação da chapa Dilma-Temer avançou no Tribunal Superior Eleitoral, processos semelhantes contra governadores ganharam celeridade nos tribunais regionais. Desde o retorno do recesso judiciário, em fevereiro, quatro processos contra governadores foram julgados em primeira instância.

Luiz Fernando Pezão (PMDB-RJ), José Melo (PROS-AM) e Simão Jatene (PSDB-PA) foram cassados, mas permanecem no cargo aguardando desfecho do processo no TSE. Não há prazo para que sejam julgados.

O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), foi absolvido por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral. Até o momento, os adversários que moveram a ação não recorreram.

Três governadores que respondem a ações de interrupção de mandato ainda não foram julgados pelos tribunais regionais: Fernando Pimentel (PT-MG), Ricardo Coutinho (PSB-PB) e Waldez Góes (PDT-AP).

Ao todo, 13 governadores desta legislatura responderam ou ainda respondem a processos que pediam a cassação de seus mandatos. Na maioria dos casos, a

acusação é de abuso de poder econômico e político.

Pezão, por exemplo, é acusado de beneficiar empresas que deram recursos para sua campanha. Já Pimentel é investigado por ultrapassar o limite de gastos eleitorais.

Também há casos de suspeita de caixa 2, como Marcelo Miranda (PMDB-TO), e uso de programas do governo em benefício da própria eleição, caso de Simão Jatene (PSDB-PA) e Ricardo Coutinho (PSB-PB). Todos negam ter cometido irregularidades.

A atual legislação eleitoral prevê que os processos de cassação de mandato devem durar até um ano a partir do momento em que a ação foi protocolada. Contudo, apenas o processo contra o governador de Rondônia, Confúcio Moura (PMDB) foi encerrado neste prazo.

Mesmo assim, especialistas avaliam que a Justiça Eleitoral tem se tornado mais célere. "Esta agilidade é importante para a estabilidade da administração pública. É muito complicado que uma gestão fique comprometida por um processo judicial que pode alterar uma decisão da soberania popular", afirma Sílvia Salata, presi-

dente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-SP.

Inocentados

Além dos oito governadores cujos processos ainda tramitam, outros cinco gestores estaduais foram julgados e inocentados.

Confúcio Moura (PMDB-RO) havia sido condenado em primeira instância, mas foi absolvido da acusação de abuso de poder econômico por distribuir comida em sua convenção partidária.

Nos outros quatro casos, o caso foi encerrado no âmbito dos tribunais regionais, com ganho de causa para os governadores.

Wellington Dias (PT-PI), Camilo Santana (PT-CE) e Marconi Perillo (PSDB-GO) foram absolvidos de acusações de uso da máquina pública na campanha eleitoral.

"A ação não fazia sentido, misturava desde propaganda de obras do governo à compra de armamento e viaturas para a polícia, coisas sem nenhum fundamento", critica o advogado Ademir Ismerim, que defendeu Perillo.

Pedro Taques (PSDB-MT) foi considerado inocente de uma acusação de distribuir comida em um evento de campanha. (Folhapress)

► JUSTIÇA

Envolvidos com prostituição infantil podem ficar inelegíveis

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou nesta quarta (5) o Projeto de Lei Complementar 209/2008, que torna inelegíveis agentes públicos denunciados por envolvimento direto ou indireto com prostituição infantil. O texto precisa ser votado no plenário do Senado.

O projeto é de autoria do senador Cristovam Buarque (PPS-DF) e teve como relator na CCJ o senador Magno Malta (PR-ES), que apresentou parecer favorável ao projeto, com duas emendas.

No relatório, Malta registra que a inelegibilidade somente terá início se o Ministério Público oferecer a denúncia e o Poder Judiciário recebê-la, o que ocorre se a autoridade judicial constatar a presença dos elementos mínimos necessários para a instauração da instrução criminal e a inexistência dos fatores que ensejam a rejeição da denúncia.

Magno Malta ainda registrou no relatório que um cidadão processado por envolvimento com prostituição in-

fantil não tem conduta compatível com a moralidade exigida para um cargo público eletivo. "Aquele que, em razão da presença de indícios de autoria, responde pela participação em crime tão covarde, contra vítimas incapazes física e mentalmente de se defenderem, jamais teria legitimidade para receber da sociedade representação para defender os interesses públicos e gerir o dinheiro e o patrimônio da coletividade em prol do bem comum." (Folhapress)

► NOS EUA

Procuradores se preocupam demais com salário, diz Gilmar

Ao participar de uma discussão sobre o sistema prisional no Brasil na Universidade Harvard, o presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Gilmar Mendes, criticou ontem o CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) por se preocupar demais com os salários dos procuradores em meio à crise do sistema.

O ministro disse ainda que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), do qual foi presiden-

te entre 2008 e 2009, quando esteve à frente do Supremo Tribunal Federal, "não está à altura de seu potencial". Segundo ele, a solução para os graves problemas do sistema prisional do país deve ser integrada entre os Poderes e essas organizações.

"Isso precisa ser integrado e este é o grande problema. Isso dá uma certa frustração no Brasil, porque há déficits dos mais variados", disse, na Bra-

zil Conference, organizada por estudantes de Harvard e do MIT em Boston.

Mendes afirmou ainda que o "grave problema no Brasil é que a Justiça não julga". "Muitos reclamam da demora causada pelo foro privilegiado, mas o Brasil consegue fazer prescrever crimes de júri, ou seja, homicídios e tentativas de homicídio, que têm um prazo de 20 anos", disse. (Folhapress)